

Brazil Brief

O Brasil diante da reconfiguração comercial global: novos acordos e muros tarifários

Sumário

Entre tarifas e acordos:
o reposicionamento
estratégico do Brasil

2

Reposicionamento
geopolítico da Europa e o
fortalecimento do Brasil
como parceiro estratégico

4

Por Camila Borba Lefèvre

Infraestrutura portuária
como fundamento da
inserção global

6

*Por Bernardo Mendes Vianna e
Frederico Siqueira*

Segurança jurídica, tributação
e compliance: a execução da
estratégia comercial

8

Por Paloma Amorim da C. Rosa

Vieira
Rezende

Entre tarifas e acordos: o reposicionamento estratégico do Brasil

O comércio internacional entra em 2026 marcado por duas dinâmicas simultâneas: a intensificação de medidas tarifárias e de políticas industriais por parte de grandes economias e, em paralelo, a aceleração de acordos regionais que buscam garantir previsibilidade e acesso a mercados. Cadeias produtivas estão sendo redesenhadas não apenas por eficiência de custos, mas também por critérios de segurança econômica, diversificação geográfica e estabilidade institucional. O ambiente global torna-se mais complexo – e mais seletivo.

Nesse contexto, o Brasil emerge como ator diplomático e comercial relevante. O país mantém relações econômicas consistentes com os Estados Unidos, aprofunda sua parceria com a China – seu principal parceiro comercial, com intercâmbio de US\$ 171 bilhões e crescimento de 11,5% nas importações de bens de capital no último ano – e avança em acordos estruturantes com a União Europeia (UE) e com a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA), bloco formado por Suíça, Noruega, Islândia e Liechtenstein. Paralelamente, negociações com o Canadá e o Japão indicam ampliação da interlocução comercial e da facilitação de investimentos, movimento que reforça sua posição como principal economia da América Latina e como plataforma regional para cadeias produtivas globais.



Em um cenário de fragmentação geoeconômica, a capacidade brasileira de dialogar com diferentes polos consolida seu papel como ponto de convergência entre mercados.

Essa posição externa é acompanhada por movimento interno de estruturação. A agenda de modernização regulatória – que inclui reforma tributária, atualização do comércio exterior, consolidação de marco regulatório portuário e estímulo à cabotagem – busca alinhar o país a padrões internacionais de governança e eficiência. Ao mesmo tempo, novos ciclos de concessões e de investimentos em infraestrutura logística procuram reduzir gargalos históricos e ampliar a capacidade de integração às cadeias globais de valor.

A combinação entre diplomacia econômica ativa e ajustes institucionais domésticos coloca o Brasil em condição singular no novo mapa comercial. A inserção estratégica, contudo, depende de uma execução coordenada entre política comercial, infraestrutura e segurança jurídica. Nesta edição do Brazil Brief, especialistas do Vieira Rezende analisam como os acordos com a Europa e a EFTA ampliam o acesso a mercados, de que forma a modernização portuária sustenta essa expansão e quais instrumentos tributários e regulatórios permitem transformar oportunidades comerciais em operações estruturadas de longo prazo.

Reposicionamento geopolítico da Europa e o fortalecimento do Brasil como parceiro estratégico



Camila Borba Lefèvre

Sócia | Societário/M&A

A assinatura dos acordos entre o Mercosul e a União Europeia e entre o Mercosul e a EFTA não representa apenas redução tarifária. Trata-se de um movimento de convergência regulatória e de reposicionamento institucional em um momento em que grandes economias reavaliam suas políticas comerciais. Em um ambiente marcado por maior seletividade e por uso estratégico de tarifas, acordos amplos e juridicamente estruturados tornam-se instrumentos de previsibilidade.

O avanço dessas negociações — após mais de duas décadas de tratativas no caso da União Europeia — insere o Brasil em uma arquitetura comercial que privilegia regras claras, integração de cadeias produtivas e segurança jurídica para fluxos de investimento. Ainda que o acordo com a UE esteja em fase de ratificação e sujeito a debates internos no bloco europeu, sua formalização já influencia decisões empresariais de médio e longo prazo.



O Brasil mantém uma postura diplomática de neutralidade e preserva relações comerciais relevantes com os Estados Unidos, a China e a Europa. Em um cenário de maior uso de tarifas por algumas economias, fortalecer acordos com outros blocos é uma estratégia de diversificação e previsibilidade.

Camila Borba Lefèvre





A redução tarifária melhora a competitividade local e pode estimular investimentos produtivos no país, inclusive em setores industriais de maior valor agregado.

Camila Borba Lefèvre

Há ainda dimensão institucional relevante. O acordo amplia o acesso de empresas europeias a compras públicas e licitações no Brasil, criando um ambiente mais simétrico entre investidores nacionais e estrangeiros. Em um momento de expansão da agenda de infraestrutura, essa convergência regulatória reforça a previsibilidade e reduz as assimetrias.

A agenda ESG também se insere nessa equação. A UE tem incorporado exigências crescentes de rastreabilidade, sustentabilidade e descarbonização às suas políticas comerciais. O Brasil, com matriz elétrica majoritariamente renovável e arcabouço ambiental estruturado, encontra-se em posição competitiva para atender a essas exigências.



Empresas que produzem no Brasil, utilizando energia limpa e cumprindo a regulação ambiental, tendem a ter vantagem no acesso ao mercado europeu.

Camila Borba Lefèvre

A sustentabilidade deixa de ser apenas compromisso reputacional e passa a integrar a estratégia comercial.

Infraestrutura portuária como fundamento da inserção global



Bernardo Mendes Vianna

Sócio | Marítimo



Frederico Siqueira

Associado | Marítimo

A expansão da agenda comercial brasileira exige sustentação física. O aumento do fluxo de mercadorias e a ampliação do acesso a mercados internacionais pressionam a capacidade logística do país. O crescimento consistente da movimentação de contêineres, aliado à evolução da indústria naval — com embarcações de maior porte e maior eficiência operacional — impõe a necessidade de investimentos contínuos em dragagem, ampliação de profundidade de canais de acesso e modernização de terminais.

O Porto de Santos, principal *hub* do país, já discute o aprofundamento do canal para permitir a atracação de navios com maior capacidade de transporte de contêineres e ganhos relevantes de escala logística. Paralelamente, a política de concessões e arrendamentos, estruturada pelo Ministério de Portos e Aeroportos e pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), amplia a participação privada no setor. Trata-se de um movimento que combina atração de capital, previsibilidade regulatória e ampliação da capacidade instalada.

Embora o Sudeste, região que concentra os principais portos brasileiros, incluindo Santos e Rio de Janeiro, continue a desempenhar papel central na logística nacional, o ciclo de investimentos não se limita a essa área.

Portos do Norte e Nordeste ganham centralidade tanto por sua proximidade geográfica com rotas europeias quanto por sua inserção estratégica nas cadeias de exportação, sobretudo para a América do Norte. A diversificação regional da infraestrutura logística reduz custos sistêmicos, amplia a competitividade e fortalece a resiliência do comércio exterior brasileiro.



Os acordos internacionais ampliam o comércio exterior, incrementando a navegação de longo curso, enquanto o BR do Mar fortalece a navegação de cabotagem. São instrumentos complementares.

Bernardo Mendes Vianna

O BR do Mar — programa federal que estimula o transporte de cargas entre portos brasileiros por meio da ampliação da frota e da flexibilização regulatória — integra a estratégia de modernização do setor. Segundo Vianna, a delimitação clara de competências entre a ANTAQ, o Ministério e a Marinha reforça a segurança jurídica e contribui para decisões de investimento de longo prazo.

A dimensão ambiental também ganha peso crescente. A descarbonização do transporte marítimo já integra a agenda regulatória europeia e influencia padrões globais de financiamento e operação. Para Frederico Siqueira, associado da área de Direito Marítimo do Vieira Rezende, a incorporação de práticas de *green shipping* tende a assumir papel estratégico no Brasil.



À medida que ampliamos nossa integração comercial com a Europa, a adaptação a padrões de redução de emissões e de eficiência energética passa a ser um diferencial competitivo para portos e operadores.

Frederico Siqueira

A infraestrutura preparada para novas tecnologias e combustíveis alternativos passa a compor a lógica econômica do setor.

Nesse contexto, a modernização portuária deixa de ser apenas correção de gargalos históricos e passa a integrar a arquitetura estratégica da inserção internacional brasileira.



Onde estão as oportunidades no setor portuário brasileiro

- Participação em leilões e arrendamentos de terminais portuários promovidos pela ANTAQ.
- Projetos de dragagem para adequação a navios de maior porte.
- Estruturação de concessões por meio de consórcios e *joint ventures* com operadores nacionais.
- Investimentos em modernização tecnológica e infraestrutura preparada para embarcações mais eficientes e sustentáveis.
- Desenvolvimento logístico em portos do Norte e Nordeste, estrategicamente posicionados nas rotas com a Europa e a América do Norte.

Segurança jurídica, tributação e *compliance*: a execução da estratégia comercial



Paloma Amorim da C. Rosa

Sócia | Tributário & Aduaneiro

Em meio às oportunidades relacionadas à abertura de novos mercados, a expansão da presença brasileira no comércio internacional não se sustenta apenas pela celebração de acordos bilaterais ou pelo aumento do investimento em infraestrutura. Em um ambiente no qual tarifas e barreiras não tarifárias são utilizadas como instrumentos de política econômica, a arquitetura jurídica das operações torna-se elemento central da competitividade.

A efetividade de benefícios tarifários depende do cumprimento rigoroso de regras de origem, da correta classificação fiscal e da rastreabilidade da cadeia produtiva.



O benefício tarifário não é automático. A assinatura do acordo é apenas o ponto de partida. A estrutura da operação precisa estar adequada às exigências técnicas e aduaneiras.

Paloma Amorim da C. Rosa

Em paralelo, instrumentos de conformidade passam a integrar a lógica estratégica das empresas. O programa de Operador Econômico Autorizado (OEA), implementado pela Receita Federal, por exemplo, sinaliza o alinhamento do Brasil às práticas internacionais de comércio seguro e eficiente. Empresas certificadas operam com maior previsibilidade e integração aos padrões globais de *compliance*.

A reforma tributária insere-se nesse processo mais amplo de racionalização institucional. Embora o período de transição demande adaptação, o objetivo declarado é simplificar a tributação sobre o consumo, reduzir distorções históricas e aproximar o sistema tributário brasileiro das práticas internacionais tributárias. Em conjunto com a modernização aduaneira e os novos acordos comerciais, o país busca estruturar um ambiente de negócio mais transparente e compatível com as cadeias globais de valor.

Em um cenário global marcado por fragmentação e seletividade, acordos comerciais, infraestrutura e arquitetura regulatória deixam de ser agendas paralelas e passam a compor uma estratégia integrada de inserção internacional. Ao alinhar política comercial, modernização institucional e segurança jurídica, o Brasil não apenas amplia o acesso a mercados, mas também consolida seu papel como elo estável e, de certa forma, mais confiável entre diferentes polos econômicos. A oportunidade está posta; a diferenciação reside na capacidade de estruturá-la com precisão técnica, coordenação institucional e visão de longo prazo.

Foreign Desks e diplomacia econômica na prática

A intensificação da agenda comercial entre o Brasil e os parceiros europeus também se reflete na estrutura internacional do Vieira Rezende. O escritório mantém *desks* dedicados a jurisdições estratégicas no atual contexto de integração regulatória e ampliação de fluxos de investimento entre o Mercosul e a Europa.

O **Dutch Desk**, liderado pela sócia **Camila Borba Lefèvre**, acompanha investimentos de empresas dos Países Baixos que utilizam o Brasil como plataforma produtiva e logística para atuação regional. Considerando o papel central da Holanda como porta de entrada comercial na União Europeia, a coordenação entre estruturas jurídicas nos dois mercados torna-se elemento relevante na implementação prática de operações transfronteiriças.

As frentes francesa e norueguesa operam de forma coordenada em setores com forte interseção estratégica. O **French Desk**, liderado pelo sócio **Bernardo Mendes Vianna**, atua nos setores de energia, infraestrutura, marítimo e petróleo, áreas historicamente relevantes na relação econômica entre Brasil e França e que permanecem centrais na agenda de investimentos bilaterais.

O **Norwegian Desk**, liderado pela sócia **Daniela Davila**, concentra-se nos setores de energia, O&G e *offshore*, com forte especialização técnica nessas indústrias. Desde 2011, o escritório mantém parceria institucional com o escritório norueguês Wikborg Rein, que oferece suporte estratégico às duas frentes, especialmente em operações transnacionais envolvendo estruturas europeias e ativos no Brasil.

A convergência entre energia, marítimo e *offshore* confere musculatura técnica às duas áreas, em um momento em que os acordos Mercosul–UE e Mercosul–EFTA ampliam a previsibilidade regulatória e a integração de cadeias produtivas. Em um ambiente de reconfiguração comercial, essa estrutura coordenada permite assessorar investidores franceses e noruegueses na adaptação às novas regras de acesso a mercados, à agenda de descarbonização e à expansão de projetos de infraestrutura no Brasil.



Autores



Bernardo Mendes Vianna

Sócio | Marítimo

bmendesvianna@vieirarezende.com.br

Bernardo possui mais de 25 anos de experiência nas áreas de direito marítimo e portuário, notadamente na atuação em disputas envolvendo transporte marítimo de carga e comércio estrangeiro em geral: armadores, afretadores, transportadores, clubes de P&I, seguradoras, agentes marítimos, terminais e operadores portuários, estaleiros, *tradings*, embarcadores e consignatários e proprietários de carga.



Camila Borba Lefèvre

Sócia | Societário/M&A

clefevre@vieirarezende.com.br

Camila é sócia da área de direito societário e fusões e aquisições, possuindo forte atuação em negócios envolvendo joint ventures, reestruturações societárias e estruturação de negócios. Possui extensa experiência na assessoria de investidores estrangeiros no Brasil, nos setores de tecnologia, agronegócio e energias renováveis.



Paloma Amorim da C. Rosa

Sócia | Tributário & Aduaneiro

pamorim@vieirarezende.com.br

Paloma possui forte atuação em projetos de consultoria de alta complexidade técnica que envolvem a estruturação e o planejamento de novos modelos de negócio sob a perspectiva tributária, com vistas a assegurar maior eficiência às atividades a serem desempenhadas no País.



Frederico Siqueira

Associado | Marítimo

fsiqueira@vieirarezende.com.br

Frederico possui experiência em disputas relacionadas ao transporte marítimo nacional e internacional, bem como em questões envolvendo a ocupação e exploração de áreas portuárias, a relação com autoridades portuárias e a regulação de sinistros marítimos junto a seguradoras. Atua também na negociação e elaboração de contratos marítimos, incluindo construção naval, compra e venda e afretamento de embarcações.

Vieira Rezende

Rio de Janeiro

Av. Presidente Wilson, 231
18º andar
Rio de Janeiro, RJ
20030-021
Brasil
Tel. +55 (21) 2217-2888

São Paulo

Av. Brigadeiro Faria Lima, 3355
24º andar
São Paulo, SP
04538-133
Brasil
Tel. +55 (11) 3704-3999

Brasília

SCN, Quadra 4, Bloco B
Edifício Centro Empresarial Varig
Sala 1232 • Brasília, DF
70171-020
Brasil
Tel. +55 (61) 3533-7135